



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

N.º - Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 08 / 08 / 2003
Rubrica [assinatura]

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10830.004282/97-38

Recurso nº : 119.678

Acórdão nº : 203-08.590

Recorrente : DRJ EM CAMPINAS - SP

Interessada : Metalgráfica Rojek Ltda.

NORMAS PROCESSUAIS - DEPÓSITO JUDICIAL - MULTA DE OFÍCIO - INAPLICABILIDADE – Nos lançamentos realizados para prevenir decadência, os quais, vias de regra, são referentes a créditos tributários com a exigibilidade suspensa, descabe a aplicação de multa de ofício quando os mesmos se encontram cobertos por depósitos judiciais.

Recurso de ofício negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
DRJ EM CAMPINAS – SP.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de ofício.**

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 2002.

Otacílio Dantas Cartaxo

Presidente

Mauro Wastlewski

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Valmar Fonseca de Menezes (Suplente), Antônio Augusto Borges Torres, Lina Maria Vieira, Maria Teresa Martínez López, Maria Cristina Roza da Costa e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.
Ausente, justificadamente, o Conselheiro Renato Scalco Isquierdo.

Eaal/ovrs



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10830.004282/97-38

Recurso nº : 119.678

Acórdão nº : 203-08.590

Recorrente : DRJ EM CAMPINAS - SP

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de ofício relativo ao lançamento do PIS, parcialmente mantido pela primeira instância e cuja decisão foi ementada da seguinte forma (fl. 132):

"Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/08/1990 a 30/06/1991, 01/12/1991 a 31/12/1991, 01/06/1992 a 30/06/1992, 01/06/1994 a 30/06/1994, 01/11/1994 a 31/05/1995 e 01/07/1995 a 31/10/1996.

Ementa: MULTA DE OFÍCIO. DEPÓSITO JUDICIAL. Não cabe a aplicação de multa de ofício na constituição do crédito tributário de períodos para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante integral do tributo devido.

LANÇAMENTO PROCEDENTE EM PARTE".

É a síntese do necessário.

É o relatório.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10830.004282/97-38

Recurso nº : 119.678

Acórdão nº : 203-08.590

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
MAURO WASILEWSKI

Refere-se o processo a lançamento realizado para prevenir decadência, vez que o crédito tributário está sendo discutido judicialmente e, portanto, com sua exigibilidade suspensa.

Assim, em se tratando de crédito tributário coberto por depósitos judiciais, procedeu corretamente a DRJ em Campinas - SP em excluir a multa de ofício.

Diante do exposto conheço do recurso de ofício e nego-lhe provimento, mantendo íntegra a decisão recorrida.

Sala das Sessões, em 03 dezembro de 2002.

MAURO WASILEWSKI